

**PROCESSO SELETIVO ESTAGIÁRIO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**I EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIO DE RESIDÊNCIA JURÍDICA - DPE-BA**

**PROVA ANALÍTICO EXPOSITIVA – ABORDAGENS DE RESPOSTAS À PROVA DISCURSIVA**

**PÓS -RECURSO**

A Prova de Conhecimento Discursiva permitiu a demonstração pelo candidato da capacidade de observação, raciocínio dedutivo e indutivo, análise interpretação de dados e fatos, reflexão crítica e criativa, organização de ideias e conhecimento de relações com clareza, através da escrita.

Para responder à Prova, o candidato teve como base os Textos Motivadores I, II e III e os enunciados das questões constantes nos itens 1,2 e 3.

A seguir estão ratificados, pós -recurso, os aspectos, habilidades e competências essenciais, sistematizados para a resolução das questões que compõem a Prova.

<b>Questão 01</b>	
<b>Abordagens de Resposta à Questão</b>	<b>Total de Pontos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O candidato deve admitir que o comportamento do camponês de Kafka é comparável aos brasileiros sedentos do acesso à saúde, elencando argumentos que comprovem sua tese enfocando a pandemia e a debilidade de políticas públicas que sejam capazes do enfrentamento eficaz para o seu combate. Deve ainda associar o comportamento do Camponês da parábola presente no <b>Texto I</b> como uma tentativa de retratação dos brasileiros que, na pandemia da Covid 19, estão perecendo sem o devido atendimento nos sistemas público e privado de saúde.</li> <li>Feita a contextualização, o candidato deve considerar que os direitos humanos de primeira geração se encontram consubstanciados nas liberdades individuais, ao impor limitações ao poder estatal em face dos indivíduos - razão de ser da sociedade politicamente organizada -, tem-se que a problemática encontrada nos <b>Textos I e II</b> diz respeito a não prestação de direito abarcado pela segunda geração dos Direitos Humanos. Refere-se à exigência de atuação estatal, a fim de propiciar o bem maior da coletividade.</li> </ul>	<b>30</b>

<b>Questão 2</b>	
<b>Abordagens de Resposta à Questão</b>	<b>Total de Pontos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O candidato deve reconhecer, <b>no Texto II</b>, que, no que tange a Responsabilidade Civil do Estado (art. 37, § 6º da CF/88), a teoria predominante na doutrina brasileira é a do risco administrativo – a qual consiste em atribuir ao Estado o risco criado pela sua atividade administrativa. e, para tanto, exige os seguintes requisitos: <b>ocorrência do dano; ação ou omissão administrativa; existência de nexos causal entre o dano e a ação ou omissão administrativa e ausência de causa excludente da responsabilidade estatal.</b></li> </ul>	<b>40</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quanto a Justiciabilidade dos Direitos Humanos na perspectiva dos Direitos Sociais na CF/88, o candidato deverá discorrer sobre a possibilidade de exigir os Direitos Sociais no judiciário como forma de suprir a lacuna promovida pela Administração Pública, em face da ausência de ações positivas/políticas públicas que efetivem essas garantias universais para promoção do bem estar social, ocupando o Direito/Judiciário lugar que extrapola a neutralidade e a inércia governamental.</li> </ul> <p>O candidato deve ainda admitir que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais da Defensoria Pública (art. 3ª da LC 80/94) que garantem à instituição o pleno exercício da promoção e defesa dos direitos dos necessitados, contra ingerência de outros poderes. Assim, devendo obediência à CF/88 e às leis.</li> <li>• A Defensoria Pública tem papel fundamental para garantir o direito constitucional à saúde, sendo instituição atuante na defesa dos direitos individuais e coletivos (art. 134 da CF) e considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia (art. 138, caput, CPC), poderá contribuir na condição de <i>amicus curiae</i> - modalidade de intervenção de terceiros positivada no art. 138 do CPC -, inclusive, em ações envolvendo a pandemia da Covid19, de acordo com os poderes definidos pelo juízo da decisão que solicitar ou admitir a intervenção (art. 138, § 2º, CF/88).</li> </ul>	
--	--

Questão 3	
Abordagens de Resposta à Questão	Total de Pontos
<p>Espera-se que o candidato reconheça que</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A vida constitui a fonte primária de todos os outros bens jurídicos e que de nada adiantaria a CF/88 assegurar outros direitos fundamentais, como igualdade e liberdade, por exemplo, se antes não erigisse a vida humana entre tais direitos. Diante disso, as medidas restritivas, contribuindo para a redução dos casos de contaminação pelo vírus da Covid19 e para a não ocorrência do colapso do sistema de saúde do país, encontram respaldo no Ordenamento Constitucional Brasileiro.</li> <li>• Por meio das medidas restritivas o Estado, ao salvaguardar os direitos à segurança (art. 5º, caput, da CF/88) - baseado no dever de garantia à proteção/incolumidade das pessoas -, e à saúde (art. 6º, caput, CF/88) - formulando e dando cumprimento a políticas públicas destinadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde -, também estará dando efetividade ao direito à vida.</li> <li>• As medidas restritivas encontram respaldo no texto constitucional, posto que, em síntese, protegem o bem-estar da coletividade, pavimentando-se nos direitos à saúde, à segurança e à vida. Por fim, considerando os crimes contra a Administração Pública, o agente que realiza a conduta violadora da medida restritiva expressa no <b>Texto III</b>, pode ser enquadrado, com base no artigo 330 do CP, no crime desobediência por não acatar ordem legal de funcionário público, sendo suscetível à pena de detenção de 15 (quinze) dias a 06 (seis) meses ou multa.</li> </ul>	30